CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUO S.A. (anteriormente denominado **Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos Ltda.)**

CNPJ nº 03.505.185/0001-84

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Empresa CRVR - Riograndense Valorização de Resíduo S.A. referentes a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, acompanhadas das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes. As Demonstrações Financeiras em sua íntegra encontram-se à disposição no site da Companhia. **I) A Companhia:** A CRVR - Riograndense Valorização de Resíduo S.A. oferece soluções integradas na área de tratamento de resíduos, utilizando tecnologias inovadoras e profissionais qualificados para fazer parte do processo de transformação e sustentabilidade. **I) Desempenho Operacional:** Para atender a demanda do mercado do Rio Grande do Sul a CRVR, por meio de suas cinco unidades de destinação final, uma de transbordo e uma unidade de tratamento de resíduos de serviços de saúde, oferece soluções ambientalmente adequadas para mais de 9 Milhões de pessoas no estado. Estar próximos de nossos geradores é um dos focos de nossos investimentos, com novas unidades que diminuam distâncias e custos e com estações de transbordo que melhorem a logística de transporte. Chamamos cada unidade de UVS (Unidade de Valorização Sustentável) pois cada uma delas deve apresentar a maior quantidade de tecnologias de reaproveitamento em função de sua região. Na energia verde, produzida com o biogás gerado da decomposição orgânica, hoje geramos 7,5 MW/h, suficiente para atender uma cidade de 100 mil habitantes. Alinhamos as melhores e mais reconhecidas técnicas de engenharia e forte investimento em pessoas, investimos em nossa equipe e nas pessoas de nossas comunidades. **II) Gestão de Pessoas**: A CRVR - Riograndense Valorização de Resíduo S.A., busca continuamente a capacitação de seus colaboradores, desenvolvendo programas que visam o aprimoramento específico no desempenho das suas atividades. O programa de estágio, vem sendo renovado e continua promovendo oportunidades para estudantes no nível de graduação a ingressarem no mercado de trabalho e adquirirem experiência. **III) Segurança, e Meio Ambiente:** Com base nos preceitos da gestão integrada, a CRVR adota práticas e procedimentos para proporcionar aos seus colaboradores um ambiente seguro, investindo em ações e equipamentos que minimizem riscos à saúde e à segurança do trabalho. Comprometida com a preservação do meio ambiente, a CRVR cumpre com rigor a legislação aplicável a sua atividade, atuando com práticas preventivas para mitigar seus aspectos e impactos ambientais. **IV) Qualidade, Auditoria Interna e Gestão da Informação:** Com a missão de assegurar o cumprimento do desdobramento dos objetivos estratégicos mediante o processo de auditoria, gestão de metas, documentos e planos de ação a CRVR mantém esses processos em apoio a Alta Direção via Governança Corporativa. De forma consistente é realizado definição de processos, padrões e procedimentos críticos para sustentação do negócio sendo certificada nas ISOs 9001, 14001, 37001 e 45001. Promove a cultura de excelência e de consistência operacional, através da atuação no desenho, aplicação e governança dos programas de excelência que estimulam o cumprimento do padrões, processos e procedimentos críticos do negócio por meio de auditoria interna e externa. Suporta ainda as áreas de negócio na condução de projetos de melhoria para atingimento de resultado através da aplicação de metodologia e ferramentas de solução de problemas assegurando a melhoria contínua dos serviços prestados e a satisfação do cliente. **V) Responsabilidade Social:** Em 2021 a CRVR - Riograndense Valorização de Resíduo S.A. - manteve seus projetos, a saber: Mediante um planejamento integrado com os municípios onde a empresa presta serviços, a CRVR colabora com a educação ambiental, por meio de palestras e de materiais impressos. Dia do Voluntariado - O Dia do Voluntariado faz parte do calendário da CRVR e ocorre duas vezes ao ano, reunindo todos os colaboradores da empresa, familiares e amigos, em ações voluntárias. As ações são realizadas em instituições locais, com pequenas reformas, plantios, pinturas, dentre outras atividades estruturais e recreativas. No ano de 2021, além destas atividades, realizamos campanha interna de arrecadação de alimentos para doação as comunidades no entorno das UVS's. Foram mais de 800 cestas básicas doadas. Projeto "Terra à Vista" - foi elaborado a fim de percorrer diferentes regiões do estado do Rio Grande do Sul, levando à conscientização do consumo e produção do lixo através de um espetáculo teatral. Através da execução da peça é possível discutir este tema, que é de grande importância social e, além disso, possibilita a reflexão de atitudes individuais que recaem no coletivo. Com a parceria mais sólida entre CRVR, Biotérmica, Ministério da Cultura, D. Marin Planejamento Cultural e as Prefeituras Municipais, o público da peça Terra à Vista está aumentando consideravelmente. As apresentações seguem percorrendo os estados e as cidades envolvidas. Até o momento foram: • São Vicente do Sul - 400 beneficiados; • São Sepé - 150 beneficiados; • Santa Maria - 700 beneficiados; • Horizontina - 400 beneficiados; • Giruá - 450 beneficiados; • São Luiz Gonzaga - 500 beneficiados; • Cerro Largo - 500 beneficiados; • Flores da Cunha - 600 beneficiados; • Nova Prata - 450 beneficiados; • Minas do Leão - 400 beneficiados; • Não-Me-Toque - 100 beneficiados; • Santo Ângelo - 200 beneficiados; • Santa Maria - 450 beneficiados. Por fim disponibiliza, ainda, canais de comunicação para seus *stakeholders*, para reclamações e sugestões, que contribuem com oportunidades de melhorias em seus processos e serviços. **VI) Investimentos:** Valorizar o futuro do planeta também é investir, por isso entregamos para o Rio Grande do Sul um completo plano de investimentos. Novas unidades, novas tecnologias, novas demandas ambientais, fazem parte de nossa aposta em um lugar cada vez mais sustentável para todos os gaúchos. Através destes novos empreendimentos, queremos estar mais próximos às comunidades, para atende-las com novas atividades na área ambiental e geração de mais energia limpa para o estado do RS. Como plano estratégico de crescimento, a Companhia tem processos avançados de licenciamento e ampliação em andamento, que juntos, somam R$ 133 milhões em até 5 anos, além de uma proposta de investimentos em novas tecnologias de R$ 57 milhões para os próximos anos. ***VII) Compliance***: Ética e Integridade são compromissos inegociáveis na CRVR - Riograndense Valorização de Resíduo S.A., para os quais não há tolerância para desvios. ***VIII) Transformação para Sociedade Anônima***: A Companhia realizou alteração do tipo jurídico, passando de responsabilidade limitada para sociedade anônima, sendo o respectivo ato societário registrado perante a Junta Comercial do Estado do Rio Grande do Sul em 03/05/2022, sob nº 43300068498. **Agradecimentos:** A Administração da CRVR - Riograndense Valorização de Resíduo S.A. agradece a seus acionistas, clientes, parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada. De forma especial expressa seu reconhecimento e agradecimento a seus colaboradores pelo comprometimento e contribuição na busca constante da qualidade de nossos serviços. Todas as conquistas de 2021 só foram possíveis pelo incansável trabalho dos colaboradores da Companhia.

A Administração

Balanço Patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

ATIVO	Notas explicativas	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	2.296	18.024
Contas a receber de clientes	11	57.349	53.920
Impostos a recuperar	13	4.013	3.852
Dividendos a receber		-	1
Estoques		4.516	2.457
Outras contas a receber		1.422	1.746
Ativos mantidos para venda	12	1.470	-
Total do ativo circulante		**71.066**	**80.000**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo:			
Títulos e valores mobiliários	10	2.722	2.471
Mútuos a receber de partes relacionadas	22	27.596	20.354
Outras contas a receber		177	177
Impostos a recuperar	12	3.891	3.885
Ativo fiscal diferido	21	21.278	13.106
Depósitos judiciais		99	83
		55.763	**40.076**
Imobilizado	14	115.961	87.607
Intangível		103	6
		116.064	**87.613**
Total do ativo não circulante		**171.827**	**127.689**
Total do Ativo		**242.893**	**207.689**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas explicativas	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	15	17.605	18.637
Empréstimos e financiamentos	17	10.145	6.790
Salários, benefícios e encargos sociais	18	5.576	2.888
Impostos, taxas e contribuições	19	5.414	6.937
Imposto de renda e contribuição social		2.137	3.292
Dividendos a pagar	16	20.182	265
Adiantamentos de clientes		3.068	1.313
Outras contas a pagar		8	-
Total do passivo circulante		**64.135**	**40.122**
Não Circulante			
Fornecedores	14	6	5
Mútuos a pagar a partes relacionadas	22	258	213
Empréstimos e financiamentos	17	17.837	24.341
Passivo fiscal diferido	21	3.962	-
Provisões	20	60.317	50.876
Total do passivo não circulante		**82.380**	**75.435**
Patrimônio Líquido	23		
Capital social		54.904	41.049
Reservas de lucros		36.981	46.592
Reservas de capital		4.491	4.491
Ajuste de avaliação patrimonial		2	-
Total do patrimônio líquido		**96.378**	**92.132**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**242.893**	**207.689**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Reserva de lucros					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Reservas de capital	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**45.552**	**3.603**	**27.653**	**4.491**	**-**	**-**	**81.299**
Redução do capital social	(11.758)	-	-	-	-	-	(11.758)
Incorporação da Biogás Riograndense Ltda.	7.255	-	-	-	-	-	7.255
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	37.418	37.418
Reserva de lucros	-	-	37.418	-	-	(37.418)	-
Dividendos propostos	-	-	(34.805)	-	-	-	(34.805)
Reversão de Dividendos distribuídos 2019	-	-	14.587	-	-	-	14.587
Outros	-	-	(1.864)	-	-	-	(1.864)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**41.049**	**3.603**	**42.989**	**4.491**	**-**	**-**	**92.132**
Aumento do capital social	13.855	-	-	-	-	-	13.855
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	27.808	27.808
Reserva de lucros	-	-	27.808	-	-	(27.808)	-
Dividendos distribuídos	-	-	(37.418)	-	-	-	(37.418)
Ganho na remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	2	-	2
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**54.904**	**3.603**	**33.378**	**4.491**	**2**	**-**	**96.378**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Notas Explicativas	2021	2020
Receita Operacional Líquida	24	174.589	161.329
Custo dos serviços prestados	25	(117.500)	(97.384)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**57.089**	**63.945**
Receitas e Despesas Operacionais			
Despesas comerciais	26	(605)	(20)
Despesas administrativas	27	(7.308)	(6.577)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(3.208)	(1.391)
Resultado de equivalência patrimonial		-	(1)
Receitas e Despesas Operacionais Líquidas		**(11.121)**	**(7.989)**
Lucro antes das Receitas e Despesas Financeiras		**45.968**	**55.956**
Receitas e Despesas Financeiras			
Receitas financeiras	29	2.250	2.332
Despesas financeiras	29	(5.250)	(3.479)
Resultado Financeiro Líquido		**(3.000)**	**(1.147)**
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**42.968**	**54.809**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	21	(19.370)	(21.790)
Diferido	21	4.210	4.399
Lucro Líquido do Exercício		**27.808**	**37.418**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	27.808	37.418
Ganho na remensuração do passivo de benefício definido	2	-
Total do Resultado abrangente	**27.810**	**37.418**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	27.808	37.418
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	12.044	13.361
Baixa de imobilizado e intangível	515	(3)
Equivalência patrimonial	-	1
Encargos financeiros sobre financiamentos e mútuos captados	4.518	2.982
Rendimentos financeiros inerentes a mútuos cedidos	(1.615)	(1.684)
Provisão para urbanização de aterros	9.304	6.996
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	358	(561)
Provisão para contingências	277	374
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	15.160	17.391
Aumento/Redução nos ativos operacionais:		
Títulos e valores mobiliários	(251)	(34)
Contas a receber	(3.055)	9.483
Partes relacionadas	(732)	(603)
Impostos a recuperar	(167)	(1.517)
Estoques	(2.059)	(1.730)
Dividendos recebidos	1	-
Outros créditos	324	801
Depósitos judiciais	31	60
Adiantamento a fornecedores	-	447
Ativo não circulante mantido para venda	(1.470)	-
Aumento nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(1.681)	12.450
Partes relacionadas	447	741
Salários, provisões e encargos sociais	2.644	54
Impostos, taxas e contribuições	(1.638)	923
Pagamento de contingências	(187)	(95)
Adiantamento de clientes	1.755	897
Outras contas a pagar	13.862	(8)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**76.193**	**98.144**
Impostos pagos sobre o lucro	(20.524)	(21.527)
Financiamentos - juros pagos	(4.337)	(3.542)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**51.332**	**73.075**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Mútuos ativos - aplicação	(5.979)	(15.798)
Mútuos ativos - recebimento principal	716	3.723
Aquisições de imobilizado	(40.911)	(24.603)
Adição de intangível	(99)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(46.273)**	**(36.678)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Financiamentos - captação	3.485	8.000
Financiamentos - pagamento principal	(6.770)	(4.339)
Dividendos pagos	(17.502)	(34.531)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**(20.787)**	**(30.870)**
Aumento/Redução do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(15.728)**	**5.527**
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	18.024	12.497
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.296	18.024
Variação líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(15.728)**	**5.527**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A CRVR - Riograndense Valorização de Resíduo S.A. ("CRVR" ou "Empresa") opera no Estado do Rio Grande do Sul com foco na área de destinação final e valorização de resíduos. A Empresa está sediada na BR 290, Km 181, s/nº, no município de Minas do Leão. As atividades são desenvolvidas exclusivamente no estado do Rio Grande do Sul por meio de 5 centrais de tratamento e valorização de resíduos, localizadas nos municípios de Giruá, Minas do Leão, Santa Maria, São Leopoldo e Victor Graef, além de um transbordo localizado no município de Tramandaí. Nessas centrais estão localizados os aterros sanitários, centro de triagem e centro de compostagem, tratamentos de líquidos e queima de gás, utilizados pela Empresa no desenvolvimento de suas atividades. Os aterros sanitários são de propriedade da Empresa. A sua exploração ocorre por meio de licença de operação emitida pela Fundação Estadual de Proteção do Meio Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, permitindo o recebimento de resíduo na região do aterro sanitário. A licença operacional é renovada em média a cada dois anos. A licença operacional para cada aterro sanitário da Empresa possui vigência em 2023 e 2024. Antes de expirar o prazo, a Empresa inicia novamente o trâmite de renovação da licença operacional. **1.1. Efeitos do COVID-19:** Na data de emissão destas Demonstrações Financeiras, a Empresa avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Empresa. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de junho de 2022. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Empresa e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 13 - Imobilizado -** estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 11 - Contas a receber de clientes -** apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber. **• Nota explicativa nº 13** - **Imobilizado** - teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento; **• Nota explicativa nº 20 - Provisões -** reconhecimento e mensuração de provisão para fechamento e pós fechamento de aterro, provisão para recuperação do sistema operacional do aterro e para riscos cíveis, trabalhista e fiscal: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; **• Nota explicativa nº 21 - Ativo fiscal diferido -** reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias; **c. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2** - *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3** - *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Ao longo do exercício não ocorreram transferências na hierarquia do valor justo na Empresa. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo. **6. Principais políticas contábeis:** A Empresa aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes: (a) Receita de contrato com cliente; (b) Receitas financeiras e despesas financeiras; (c) Benefícios a empregados; (d) Imposto de renda e contribuição social; (e) Estoques; (f) Ativo imobilizado; (g) Instrumentos financeiros; (h) Redução ao valor recuperável (Impairment); (i) Provisões; (j) Ativos não circulantes mantidos para venda. **a. Receita de contratos com clientes:** A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Empresa reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente. Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas. ***Destinação final de resíduos - Aterro:*** As receitas provenientes da prestação dos serviços de destinação final de resíduos são decorrentes de: tratamento do resíduo recepcionado, classificação do resíduo e destinação final do resíduo em aterro. Tais serviços compõem um pacote único de itens não separáveis, ou seja, estes serviços não são prestados separadamente, e desta forma compõem uma única obrigação de desempenho "Destinação final de resíduos". Conforme os contratos de prestação dos serviços de destinação final, a obrigação de desempenho é cumprida e a referida receita é reconhecida de acordo com as pesagens das quantidades de resíduos depositados. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem receitas sobre rendimentos de aplicações financeiras, juros de mútuos e juros obtidos e descontos obtidos. As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre contratos de mútuos, juros sobre empréstimos e financiamentos, descontos concedidos e despesas bancárias. A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. **c. Benefícios a empregados: •** ***Benefícios de curto prazo a empregados:*** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante que se espera que será pago se a Empresa tem uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **• Participação nos lucros:** A Empresa reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **•** ***Imposto corrente:*** O imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro tributável do exercício, com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de elaboração das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos. **•** ***Imposto diferido:*** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Empresa espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. O imposto diferido ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos. **e. Estoques:** Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo do estoque é avaliado pelo custo médio de aquisição, ajustados, quando necessário, por provisão para redução aos seus valores justos. O valor realizável líquido é o preço estimado da prestação de serviço no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar a prestação de serviço. **f. Imobilizado:** ***(i) Reconhecimentos e mensuração:*** Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável *(impairment)*. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Empresa. ***Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens e o método de capacidade utilizada, por meio das quantidades dispostas de resíduo no aterro. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa nº 13. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. ***Custos de empréstimos:*** Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos. A Empresa deve cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas. **g. Instrumentos financeiros:** ***(i) Reconhecimento e mensuração inicial:*** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Empresa se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. ***(ii) Classificação e mensuração subsequente:*** **Instrumentos Financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa; • os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Empresa.Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera: • eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). **Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:** O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

continua...

...continuação

CRVR - Riograndense Valorização de Resíduo S.A.. (anteriormente denominado **Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos Ltda.)** - CNPJ nº 03.505.185/0001-84

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Empresa desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Empresa transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Empresa nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Empresa realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. ***Passivos financeiros:*** A Empresa desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Empresa também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***(iv) Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Empresa tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:*** A Empresa não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 em suas demonstrações financeiras. ***(vi) Capital social: Ações ordinárias***: Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **h. Redução ao valor recuperável (*"Impairment"*): *a. Ativos financeiros não-derivativos:*** A Empresa determina as variações de risco de crédito de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio da análise de rating divulgada por agências de risco, bem como avaliação da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades. ***Instrumentos financeiros e ativos contratuais***: A Empresa reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e • ativos de contrato. A Empresa mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas. A Empresa considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Empresa, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). A Empresa presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos de atraso. Em sua análise, a Empresa determina as variações de risco de crédito de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio análise da situação de capacidade de pagamento da contraparte baseada em seu orçamento e manutenção de pagamentos a outras entidades da Empresa. A Empresa considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Empresa, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias para clientes privados e 180 dias para clientes públicos. O risco de inadimplência da contraparte é avaliado com base na evidência de dificuldade financeira significativa da contraparte como por exemplo extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de autuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 180 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Empresa está exposto ao risco de crédito. ***Mensuração das perdas de crédito esperadas***: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Empresa de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Empresa espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação**: Em cada data de balanço, a Empresa avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • reestruturação de um valor devido a Empresa em condições que não seriam aceitas em condições normais; • a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial***: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Empresa não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes, a Empresa faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Empresa não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Empresa para a recuperação dos valores devidos. ***b. Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Empresa, que não são o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. **i. Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. ***Provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscal:*** Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante. ***Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro:*** Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir: • As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo de 25,56% em 2021 (9,54% em 2020); e • As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados. ***Provisão de recuperação operacional do sistema de aterro:*** A provisão constituída tem como base o custo médio de transporte e tratamento é com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m3 do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciados. **j. Ativos não circulantes mantidos para venda:** A Empresa classifica ativos um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda estão disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Empresa está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação. **7. Novas normas e interpretações:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro, que substituiu o CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro). A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Essa norma não se aplica à Empresa. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante**: Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e *IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa. **8. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: a. Gerenciamento dos riscos financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos abaixo, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital da Empresa. As atividades da Empresa o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho da Empresa tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho. Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Empresa não operou instrumentos financeiros derivativos. **(i) Risco de Mercado:** ***Risco de câmbio:*** As operações efetuadas pela Empresa são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial. ***Risco de taxa de juros:*** O risco de taxa de juros da Empresa decorre, substancialmente, de empréstimos e de financiamentos. As captações são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço. A Empresa realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição patrimonial	Exposição em R$	Taxa de juros média - Efetiva em 31/12/2021	Cenários I- Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	2.296	CDI	2.296	2.349	2.402	(2.349)	(2.402)
Empréstimos e financiamentos	27.982	16,01%	27.982	29.102	30.222	(29.102)	(30.222)
Títulos e valores mobiliários	2.722	CDI	2.722	2.785	2.848	(2.785)	(2.848)
Efeito no resultado			**33.000**	**1.236**	**2.472**	**(1.236)**	**(2.472)**

Exposição patrimonial	Exposição em R$	Taxa de juros média - Efetiva em 31/12/2020	Cenários I- Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Empréstimos e financiamentos	31.131	6,60%	31.131	31.233	31.336	31.029	30.926
Efeito no resultado			**31.131**	**102**	**205**	**(102)**	**(205)**

Este risco surge da possibilidade que a Empresa pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (TJLP, SELIC), aumentando as despesas financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos. A Empresa monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida. ***Risco de preços:*** Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos de concessão, reajustados anualmente com base na variação do IGP-M e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em considerando as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às características próprias da concessão. O contrato de concessão deve permitir que serviços e tarifas sejam periodicamente revisados, de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e não prejudicar a qualquer uma das partes envolvidas. **(ii) Risco de realização de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Empresa. Para mitigar o risco de possibilidade da Empresa ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Empresa adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating. Para contas a receber de clientes, a maior parte do saldo refere-se a clientes públicos cuja prestação de serviço ocorre por meio de contrato de concessão. As condições de recebimento são definidas no momento da assinatura do referido contrato. A Empresa avalia as condições pré-existentes no processo de contratação, bem como uma análise de liquidez do contratante para garantir que o risco de crédito seja mitigado no decorrer da vigência do contrato. Em relação aos clientes privados, a Empresa limita a sua exposição ao risco de crédito de contas a receber, estabelecendo um prazo máximo de pagamento de dois meses, além de realizar uma análise cadastral e de crédito para financiamento interno de seus clientes. Adicionalmente, a carteira de clientes é diversificada. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

	Nota explicativa	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	10	2.296	18.024
Títulos e valores mobiliários		2.722	2.471
Contas a receber	11	57.350	53.920
Mútuos a receber de partes relacionadas	22	27.596	20.354
Outras contas a receber		1.599	1.923
Dividendos a receber		-	1
		91.563	**96.693**

(iii) Risco de liquidez: A liquidez da Empresa depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a CRVR disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações. O quadro abaixo analisa os passivos da Empresa, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	13.469	9.334	12.357	-	35.160	27.982
Fornecedores	17.605	6	-	-	17.611	17.611
Outras contas a pagar	8	-	-	-	8	8
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	258	-	-	258	258
Dividendos a pagar	20.182	-	-	-	20.182	20.182
	51.264	**9.598**	**12.357**	**-**	**73.219**	**66.041**
Em 31 de dezembro de 2020	**Menos de 1 ano**	**Entre 1 e 2 anos**	**Entre 2 e 5 anos**	**Mais de 5 anos**	**Valor projetado**	**Valor contábil**
Empréstimos e financiamentos (a)	11.235	10.011	20.887	-	42.133	31.131
Fornecedores	18.642	-	-	-	18.642	18.642
Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	213	-	-	213	213
Dividendos a pagar	265	-	-	-	265	265
	30.142	**10.224**	**20.887**	**-**	**61.253**	**50.251**

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso. **b. Gerenciamento de capital:** Os objetivos da Empresa durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Empresa, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de lucros, emitir novas ações ou reduzir capital. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de empréstimos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. A Empresa adota o índice de alavancagem financeira para monitorar e analisar a performance do seu capital. Esse índice é obtido mediante a divisão da dívida líquida pelo patrimônio líquido. Considera-se como dívida líquida, para fins desta análise, o saldo total de passivos circulantes e não circulantes, subtraído do montante de caixa e equivalente de caixa. O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2021 e 2020 pode ser apresentado conforme demonstrado abaixo:

	2021	2020
Total do passivo circulante e não circulante	157.638	115.557
(-) caixa e equivalentes de caixa	(2.296)	(18.024)
(-) aplicação financeira	(2.722)	(2.471)
Dívida líquida	**152.620**	**95.062**
Patrimônio líquido	85.255	92.132
Índice de alavancagem	**1,79**	**1,03**

c. Valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2021 Valor Contábil	2021 Valor justo	2020 Valor Contábil	2020 Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Custo amortizado	2.296	2.296	18.024	18.024
Aplicação financeira	Nível 2	Custo amortizado	2.722	2.722	2.471	2.471
Contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	57.349	57.350	53.920	53.920
Outras contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	1.599	1.598	1.923	1.923
Mútuos a receber de partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	27.596	27.596	20.354	20.354
Total			**91.562**	**91.562**	**96.692**	**96.692**
Passivos financeiros:						
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Nível 2	Custo amortizado	31.305	31.305	265	265
Fornecedores	Nível 2	Custo amortizado	17.611	17.611	18.642	18.642
Mútuo a pagar a partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	258	258	213	213
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	27.982	27.982	31.131	31.131
Outras contas a pagar	Nível 2	Custo amortizado	8	8	-	-
Total			**77.164**	**77.164**	**50.251**	**50.251**

Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Empresa requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Empresa estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Empresa usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3** - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Empresa reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável. **9. Aspectos ambientais:** As operações da Empresa estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados. A Empresa realiza mensalmente provisão para fechamento, e pós-fechamento neste caso para monitoramento e a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período pré-estabelecido no processo de licenciamento, ou de acordo com a NBR 13.896 que determina o monitoramento por um período de 20 anos após o seu fechamento podendo o mesmo ser reduzido ou estendido, vide nota explicativa nº 18b. As provisões de recuperação operacional do sistema de aterro da Empresa são constituídas mensalmente, assim como o seu custo médio de formação, vide nota explicativa nº 18c. A Empresa não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil. **10. Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários: 10.1 Caixa e equivalentes de caixa**

	2021	2020
Caixa	41	43
Bancos	819	-
Certificado de depósito bancário (CDB)	1.436	17.981
	2.296	**18.024**

As aplicações financeiras referem-se a certificado de depósito bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média do CDI em 80% em 2021 (80,36% em 2020), não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor. A exposição da Empresa a riscos de taxas de juros e liquidez são divulgadas na nota explicativa nº 8. **10.2 Títulos e valores mobiliários:** O montante de R$2.722 (R$2.471 em 31 de dezembro de 2020) refere-se a aplicações financeiras exigidas como garantia do contrato de financiamento junto ao BNDES (vide nota explicativa 17). Dessa maneira, não atende ao critério de reconhecimento de caixa e equivalente de caixa, sendo considerada uma aplicação financeira de longo prazo. **11. Contas a receber de clientes:** São compostas como segue:

	Nota explicativa	2021	2020
Clientes públicos:			
Valores faturados		25.926	22.468
Medições a faturar		14.599	11.974
		40.525	**34.442**
Clientes privados:			
Valores faturados		10.141	15.489
Medições a faturar		2.963	3.600
		13.104	**19.089**
Perdas de crédito esperada		(795)	(437)
Créditos de Carbono		2.958	-
Partes relacionadas	20	1.558	826
Total		**57.349**	**53.920**

A exposição ao risco de crédito da Empresa está limitada ao valor das contas a receber mencionadas acima. O valor do risco efetivo de possíveis perdas está incluído no saldo de provisão para perdas de crédito esperada. O *aging list* das contas a receber é composto como segue:

	2021	2020
Valores a vencer	24.327	16.411
Vencidos:		
Até 30 dias	9.635	8.897
Entre 31 e 60 dias	2.345	3.181
Entre 61 e 90 dias	840	2.322
Entre 91 e 180 dias	1.120	1.975
Entre 181 e 360 dias	2.599	8.320
Acima de 360 dias	17.279	13.251
PECLD	(795)	(437)
	57.349	**53.920**

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída com base em análises de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação específica de cada cliente, a situação econômico-financeira ao qual pertencem, as garantias legais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração julga que a provisão constituída é suficiente para cobrir possíveis perdas sobre os valores a receber. Embora os saldos vencidos a mais de 180 dias se refiram a clientes públicos, a Empresa não possui histórico de perdas para esse tipo de cliente, tendo em vista o êxito no recebimento dos títulos, demonstrando que mesmo que a Empresa tenha histórico de atrasos de tais clientes, ainda assim os recebimentos são recuperáveis. Para os clientes públicos vencidos a contabilidade informa os créditos abertos mensalmente, porém, as ações judiciais de cobranças são iniciadas, se for o caso, após a avaliação da diretoria financeira e de operações de negócios. A movimentação da provisão para perdas de crédito esperada em 2021 e 2020 é apresentada como segue:

	2021	2020
Saldo inicial	(437)	(998)
Provisão do exercício	(358)	(196)
Reversão do exercício	-	757
Saldo final	**(795)**	**(437)**

12. Ativos não circulantes mantidos para venda: Refere-se a imóvel rural localizado no Município de Pelotas - RS, originalmente adquirido para fins do desenvolvimento de projeto que não se viabilizou, anteriormente registrado no ativo imobilizado por R$1.470. O Imóvel foi objeto de um Contrato de Promessa de Compra e Venda a um terceiro, tendo a empresa recebido adiantamento de 50% do valor da venda. Aguarda-se a conclusão dos trâmites burocráticos, para conclusão da transação e transferência da propriedade. **13. Imposto a recuperar:** São compostas como segue:

	2021	2020
IRPJ	316	49
CSLL	14	-
COFINS	1.648	1.095
Pis	334	345
INSS	5.592	6.248
	7.904	**7.737**
Circulante	4.013	3.852
Não circulante	3.891	3.885

14. Imobilizado: O ativo imobilizado é composto como segue:

	Taxa média anual - %	2021 Custo	Depreciação	Líquido	2020 Líquido
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:					
Aterro e infra em aterros	(*)	108.268	(72.863)	35.405	38.710
Terrenos, edificações e construção civil	4% (**)	32.949	(657)	32.292	13.429
Benfeitorias em bens de terceiros	12%	563	(465)	98	121
Máquinas e equipamentos	10%	22.702	(10.538)	12.164	11.875
Móveis e utensílios	10%	838	(418)	420	298
Equipamentos de informática	20%	754	(500)	254	157
Veículos e equipamentos	20%	520	(107)	413	-
Imobilizado em andamento		34.915	-	34.915	23.017
		201.509	**(85.548)**	**115.961**	**87.607**

(*) O aterro e suas respectivas benfeitorias são amortizados de acordo com a quantidade de resíduos efetivamente depositados, com relação à capacidade total estimada. (**) Terrenos não são depreciados. As mutações do imobilizado em 2021 e 2020, estão demonstradas conforme seguem: **Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de *Impairment*):** Em 2021 e 2020, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável. Portanto, não houve a necessidade de realizar teste de impairment e nenhum valor sobre perda ao valor recuperável foi reconhecido.

Custo do Imobilizado	Saldo 2020	Adição	Baixa	Transferência	Custo de Fechamento	Reorganização societária	Saldo 2021
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:							
Aterro e infra em aterros	102.280	1.800	-	4.188	-	-	108.268
Terrenos, edificações e construção civil	13.607	8.195	-	11.147	-	-	32.949
Benfeitorias em bens de terceiros	563	-	-	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	20.298	2.118	-	286	-	-	22.702
Móveis e utensílios	656	182	-	-	-	-	838
Equipamentos de informática	599	155	-	-	-	-	754
Veículos e equipamentos	93	427	-	-	-	-	520
Imobilizado em andamento	23.017	28.034	(515)	(15.621)	-	-	34.915
Total	**161.113**	**40.911**	**(515)**	**-**	**-**	**-**	**201.509**

continua...

...continuação

CRVR - Riograndense Valorização de Resíduo S.A.. (anteriormente denominado **Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos Ltda.)** - CNPJ nº 03.505.185/0001-84

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Depreciação	**Saldo 2020**	**Depreciação**	**Baixa**	**Transferência**	**Custo de Fechamento**	**Reorganização societária**	**Saldo 2021**
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:							
Aterro e infra em aterros	(63.570)	(9.293)	-	-	-	-	(72.863)
Edificações e construção civil	(178)	(479)	-	-	-	-	(657)
Benfeitorias em bens de terceiros	(442)	(23)	-	-	-	-	(465)
Máquinas e equipamentos	(8.423)	(2.115)	-	-	-	-	(10.538)
Móveis e utensílios	(358)	(60)	-	-	-	-	(418)
Equipamentos de informática	(442)	(58)	-	-	-	-	(500)
Veículos e equipamentos	(93)	(14)	-	-	-	-	(107)
Total	**(73.506)**	**(12.042)**	**-**	**-**	**-**	**-**	**(85.548)**
Total Líquido	**87.607**	**28.869**	**(515)**	**-**	**-**	**-**	**115.961**

Custo do Imobilizado	**Saldo 2019**	**Adição**	**Baixa**	**Transferência**	**Custo de Fechamento**	**Reorganização societária**	**Saldo 2020**
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:							
Aterro e infra em aterros	73.028	5.767	(528)	17.017	6.996	-	102.280
Terrenos, edificações e construção civil	4.014	1.273	-	8.320	-	-	13.607
Benfeitorias em bens de terceiros	553	-	-	-	-	10	563
Máquinas e equipamentos	10.616	3.656	-	-	-	6.026	20.298
Móveis e utensílios	555	73	-	-	-	28	656
Equipamentos de informática	508	77	-	-	-	14	599
Veículos e equipamentos	94	-	(1)	-	-	-	93
Imobilizado em andamento	30.922	14.067	492	(25.337)	-	2.873	23.017
Total	**120.290**	**24.913**	**(37)**	**-**	**6.996**	**8.951**	**161.113**

Depreciação	**Saldo 2019**	**Depreciação**	**Baixa**	**Transferência**	**Custo de Fechamento**	**Reorganização societária**	**Saldo 2020**
Centrais de tratamento de resíduos - aterros:							
Aterro e infra em aterros	(45.686)	(10.928)	40	-	(6.996)	-	(63.570)
Edificações e construção civil	(16)	(162)	-	-	-	-	(178)
Benfeitorias em bens de terceiros	(402)	(33)	-	-	-	(7)	(442)
Máquinas e equipamentos	(4.496)	(2.141)	-	-	-	(1.786)	(8.423)
Móveis e utensílios	(295)	(53)	-	-	-	(10)	(358)
Equipamentos de informática	(400)	(40)	-	-	-	(2)	(442)
Veículos e equipamentos	(92)	(1)	-	-	-	-	(93)
Total	**(51.387)**	**(13.358)**	**40**	**-**	**(6.996)**	**(1.805)**	**(73.506)**
Total Líquido	**68.903**	**11.555**	**3**	**-**	**-**	**7.146**	**87.607**

15. Fornecedores: São compostas como segue:

	Nota explicativa	**2021**	**2020**
Fornecedores	14	16.413	17.891
Partes relacionadas	20	1.198	751
		17.611	**18.642**
Circulante		17.605	18.637
Não Circulante		6	5
Total		**17.611**	**18.642**

16. Dividendos a Pagar: São compostos como segue:

31 de dezembro de 2020	**265**
Distribuição de Dividendos - ref. exercicio 2020	37.418
Pagamento de Dividendos - 2021	(17.502)
31 de dezembro de 2021	**20.182**

17. Empréstimos e financiamentos: As obrigações de financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	**Encargos financeiros - %**	**Vencimento**	**2021**	**2020**
BNDES	TLP-IPCA 5,71% a.a.	jul/25	24.484	31.131
CDC	CDI ACT 3,8%	Nov/2024	491	-
Capital de Giro	CDI ACT 3,9%	Fev/2022	3.007	-
			27.982	**31.131**
Circulante			10.145	6.790
Não circulante			17.837	24.341
			27.982	**31.131**

Ao longo de 2021 e 2020, o endividamento da Empresa apresentou as seguintes mutações:

	Saldo Inicial 31/12/2020	**Captação**	**Juros**	**Pgto. Juros**	**Pagamento Principal**	**Saldo Final 31/12/2021**
BNDES	31.131	-	4.405	(4.281)	(6.771)	24.484
CDC	-	485	5	-	-	490
Capital de Giro	-	3.000	62	(55)	-	3.007
	31.131	**3.485**	**4.472**	**(4.336)**	**(6.771)**	**27.982**

	Saldo Inicial 31/12/2019	**Captação**	**Juros**	**Pgto. Juros**	**Pagamento Principal**	**Saldo Final 31/12/2020**
BNDES	28.078	8.000	2.934	(3.542)	(4.339)	31.131
	28.078	**8.000**	**2.934**	**(3.542)**	**(4.339)**	**31.131**

Os montantes em longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Vencimento	**2021**	**2020**
2022	-	6.659
2023	6.947	6.659
2024	6.940	6.659
2025	3.950	4.364
	17.837	**24.341**

Cláusulas Contratuais (*Covenants*): Em março de 2017, a Empresa contratou empréstimo junto ao BNDES, no montante de R$14.845, tendo seu primeiro vencimento para março de 2020. Em dezembro de 2018 a Empresa contratou junto ao BNDES empréstimo no montante de R$34.027 com vencimento em julho de 2025. Ambas as captações foram necessárias para realização de projetos de investimentos em tecnologia e ampliação das Unidades Operacionais afim de garantir a melhoria contínua dos processos. O contrato firmado com o BNDES contém *covenants* que estabelecem requisitos financeiros no qual deverão ser cumpridos. Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. O índice estabelecido pelo BNDES a ser apurado pela Empresa é o ICSD, conforme abaixo:

Índice	**Meta**	**Metodologia**
Índices de Cobertura de Serviço de Dívida - ICSD	**≥ 1,3**	EBITDA / Serviço da Dívida

O contrato possui *covenants* financeiros que deverão ser garantidos pela interveniente garantidora e fiadora Solví Participações S.A., conforme abaixo:

Empresa	**Índice**	**Meta**
Solví Participações S.A.	Dívida total líquida/Ebitda	< 3,5
	Dívida total/Ativo total	< 0,5

As cláusulas firmadas no contrato de financiamento são usuais em operações dessa natureza e não limitaram a capacidade da Empresa de conduzir seus negócios até o momento. **18. Salários, benefícios e encargos sociais:** São compostos como seguem:

	2021	**2020**
Salários	473	391
Encargos trabalhistas	2.151	550
Férias	1.243	1.046
Participação nos resultados	1.430	901
Outros	279	-
	5.576	**2.888**

19. Impostos, taxas e contribuições: São compostos como seguem:

	2021	**2020**
ISS	1.260	-
PIS	654	825
Cofins	2.907	3.478
ICMS	40	-
IRRF	157	137
Pis/Cofins/CSLL	144	198
INSS Retido	198	2.247
Outros	54	52
	5.414	**6.937**

20. Provisões: São compostos como seguem:

	2021	**2020**
Provisões para riscos cíveis, trabalhista e fiscal (a)	720	583
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	56.024	47.014
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	3.573	3.279
	60.317	**50.876**

a. Provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscal: São compostas como seguem:

	Trabalhista	**Cível**	**Honorários**	**Total**
Saldo 31/12/2019	**236**	**10**	**54**	**300**
Compensação de depósitos judiciais - 2019	51	-	-	51
Adições	378	1	-	379
Reversões	(5)	-	-	(5)
Pagamento	(95)	-	-	(95)
Total sem compensação judicial	**565**	**11**	**54**	**630**
Depósitos judiciais	**(47)**	**-**	**-**	**(47)**
Saldo 31/12/2020	**518**	**11**	**54**	**583**
Compensação de depósitos judiciais - 2020	47	-	-	47
Adições	137	-	-	137
Pagamento	(36)	(11)	-	(47)
Total sem compensação judicial	**666**	**-**	**54**	**720**
Depósitos judiciais	-	-	-	-
Saldo 31/12/2021	**666**	**-**	**54**	**720**

A Empresa possui processos judiciais em andamento, em diferentes tribunais e instâncias, de natureza trabalhista e honorários inerentes a tais processos. Para esses processos, a Empresa apresentou defesa administrativa ou judicial. A administração e seus assessores legais acreditam que os valores registrados como provisão para riscos cíveis, trabalhista e fiscal são suficientes para cobrir eventuais perdas nos casos de decisão final desfavorável na maior parte dos processos. Em 31 de dezembro de 2021, as provisões para riscos cíveis, trabalhista e fiscal da Empresa cuja chance de perda foi classificada como possível totalizam R$10.788 (R$10.816 em 2020). **b. Fechamento e pós fechamento de aterro sanitário:** A NBR 13896/1997 introduziu uma série de obrigações relativas ao fechamento e as atividades a serem realizadas após o fechamento dos aterros. Nesse documento são estabelecidas diretrizes que precisam ser seguidas pelo proprietário do aterro, visando a minimização dos impactos do aterro após o seu fechamento bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período de 20 anos após o seu fechamento. Estas obrigações dão origem a dois tipos de provisões (fechamento e pós-fechamento), calculadas especificamente para cada aterro, levando em conta as peculiaridades locais. De acordo com o regime de competência, as provisões são registradas durante o período que o sítio está em funcionamento, proporcionalmente ao esgotamento da capacidade do aterro. Custos a serem incorridos até a data de fechamento de um sítio ou durante o período de acompanhamento a longo prazo (20 anos) são descontados a valor presente. O cálculo da provisão de fechamento depende do custo de execução da cobertura final do aterro, definida no licenciamento ambiental realizado. Os valores apresentados nas demonstrações financeiras visam cobrir os custos de execução das áreas de cobertura final ainda não executadas. Essa provisão é revista todo ano baseada na área de cobertura já devidamente instalada e a área que ainda precisa ser coberta. Os cálculos da provisão de pós-fechamento dependem de vários fatores, podendo-se destacar: • O tipo de cobertura final que será instalada (permeável, semipermeável ou impermeável), uma vez que o tipo de cobertura tem influência decisiva na geração de percolado do aterro e, portanto, sobre os custos futuros para o tratamento de tais efluentes. • Manutenção da infraestrutura existente (estradas, cercas, prédios, cobertura vegetal, sistemas de drenagem superficial de biogás e de percolado, sistemas de tratamento de percolado etc.). • Demolição de instalações utilizadas enquanto o sítio estava em operação e que não são mais necessárias. • Monitoramento ambiental da qualidade das águas subterrâneas e superficiais, dos gases emitidos e do percolado gerado. • Monitoramento da estabilidade geotécnica do aterro. • Manutenção e substituição de poços de monitoramento e instrumentação geotécnica instalada (piezômetros, marcos de recalque etc.). • Custos de tratamento de percolado. • Custos de manutenção do sistema de coleta e tratamento do biogás gerado. A provisão de pós-fechamento do aterro que deve ser registrada nas demonstrações financeiras, ao final de cada ano, depende da velocidade de preenchimento do aterro, dos custos estimados agregados por ano e por sítio (com base no padrão ou custos específicos), da data de fechamento estimado do sítio e da taxa de desconto aplicada a cada sítio (dependendo de sua vida residual). O montante reconhecido representa a melhor estimativa das despesas necessárias para liquidar a obrigação mensurada a valor presente na data atual. Essas estimativas a valor presente são descontadas utilizando uma taxa de juros de 9,54% ao ano (9,54% em 2020) que reflete o custo de capital da Empresa. Abaixo demonstramos a movimentação da provisão:

	2021	**2020**
Saldo inicial	**47.014**	**41.043**
Constituição de provisão	10.398	6.254
Reversão da provisão	(1.387)	(283)
Saldo final	**56.024**	**47.014**

c. Provisão de recuperação operacional do sistema de aterro: A movimentação da provisão de recuperação operacional do sistema de aterro está demonstrada a seguir:

	2021	**2020**
Saldo inicial	**3.279**	**2.254**
Constituição de provisão	294	1.025
Saldo final	**3.573**	**3.279**

A provisão constituída tem como base o tratamento de chorume armazenado no empreendimento em 31 de dezembro de 2021. O custo médio de transporte e tratamento é com base em estimativas de preços das opções disponíveis, tais como de osmose reversa e/ou em instalações de terceiros licenciados. A opção pelo tipo de tratamento de chorume será definida pela Empresa com a aprovação dos órgãos reguladores. **21. Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos foram calculados e registrados, em 31 de dezembro de 2021 e de 2020, como seguem:

	2021	**2020**
Diferenças temporárias:		
Lucros não realizados sobre contas a receber de clientes públicos	(11.654)	(13.666)
Provisão para contingências	666	583
Provisão para participação nos resultados	1.462	901
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	795	437
Provisão para fechamento de aterro	56.024	47.014
Provisão para transporte de chorume	3.573	3.279
Outros	65	-
Total	**50.931**	**38.548**
Alíquotas - 34%	34	34
Total imposto de renda e contribuição social diferidos	**17.316**	**13.106**
Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	21.278	17.779
Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(3.962)	(4.673)

Em 31 de dezembro de 2021, a reconciliação da provisão para imposto de renda e contribuição social devidos, tendo como base as alíquotas aplicáveis e a provisão efetiva reconhecida no resultado, é como segue:

	2021	**2020**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	42.968	54.809
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	**(14.609)**	**(18.635)**
Efeito do imposto de renda e contribuição social sobre:		
Brindes/multas indedutíveis	(119)	(9)
Bônus/patrocínios	-	(22)
Ganho por compra vantajosa	(2)	-
Atualização Monetária	74	-
Ajuste de inventário	(1)	-
Prescrição de crédito tributário	(659)	-
Outras diferenças permanentes	156	1.665
Provisão para imposto de renda e contribuição social	**(15.160)**	**(17.001)**
Corrente	(19.370)	(21.790)
Diferido	4.210	4.399
Taxa Efetiva	35,3%	31,0%

22. Partes relacionadas: Remuneração de pessoal-chave da Administração: A Empresa pagou a seus administradores, em salários e remuneração variável, um total de R$1.355 em 31 de dezembro de 2021 (R$901 em 2020). **Outras transações com partes relacionadas:** Seguem os saldos e as transações que a Empresa efetuou com partes relacionadas em 31 dezembro de 2021 e de 2020:

	Saldo de contas a receber		**Saldo de contas a pagar**		**Receitas (despesas)**	
Empresa	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**	**2021**	**2020**
Prestação Serviços Administrativos e outros:						
Solví Participações S.A.	-	-	210	110	(1.695)	(1.208)
SL Ambiental Serviço de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A	-	2	-	-	-	-
Biogás Riograndense Ltda.	-	76	-	-	-	-
Essencis MG Soluções Ambientais S.A.	-	18	-	-	-	-
Revita Engenharia S.A.	1	73	444	8	(5.582)	(5.438)
Rio Grande Ambiental - Serviços de Limpeza Urbana e Tratamento de Resíduos S.A.	29	29	-	-	-	-
Biotérmica Energia S.A.	1.402	564	464	484	1.025	-
Ecotottal Sistemas de Gestão LTDA	15	-	-	-	-	-
Companhia Riograndense Valorização Resíduos	76	-	-	-	-	-
Outros	35	64	80	149	(22)	-
	1.558	**826**	**1.198**	**751**	**(6.275)**	**(6.646)**
Contratos de Mútuo:						
Revita Engenharia S.A.	-	-	258	199	(45)	(48)
Riograndense Participações S.A.	22.346	20.169	-	34	1.541	1.663
Biotérmica Energia S.A.	5.250	185	-	(20)	74	21
	27.596	**20.354**	**258**	**213**	**1.570**	**1.636**
Total	**29.154**	**21.180**	**1.456**	**964**	**(4.704)**	**(5.010)**
Circulante	1.558	826	1.198	751	-	-
Não circulante	27.596	20.354	258	213	-	-
Total	**29.154**	**21.180**	**1.456**	**964**	**(4.704)**	**(5.010)**

Nenhum dos saldos possui garantias. As transações de partes relacionadas com a Revita são relativas à prestação de serviço de gestão técnica e consultoria. As transações entre partes relacionadas incluem prestação de serviços pertinentes à atividade operacional das Empresas, cujos preços e condições comerciais são semelhantes as condições de mercado. ***Mútuos:*** Os contratos de mútuos a receber estão atrelados a uma taxa de juros de 3% a.a. e de 120% a 140% do CDI, com vencimento de Dezembro/2022, podendo ser prorrogado.

Movimentação dos mútuos ativos	**Controladora 2021**	**2020**
Saldo inicial	**20.353**	**18.353**
Aplicação	5.979	15.797
Juros	1.615	1.773
Recebimento de juros	-	(70)
Recebimento do principal	(716)	(3.922)
Encargos	115	180
Movimentos relacionados a capital	250	(11.758)
Saldo final	**27.596**	**20.353**

Movimentação dos mútuos passivo	**Controladora 2021**	**2020**
Saldo inicial	**213**	**165**
Juros	45	48
Saldo final	**258**	**213**

23. Patrimônio líquido: a. Capital social: Em 30 de setembro de 2020 conforme AGE, os sócios deliberaram a incorporação da empresa Biogás Riograndense Ltda. pela Empresa - Riograndense Valorização de Resíduos Ltda., resultado em um aumento de capital de R$ 7.254, passando de R$45.552 para o montante de R$52.806. Em 11 de dezembro de 2020, por meio da AGE a controladora Riograndense Participações S.A. optou pela redução de capital social na Empresa no montante total de R$11.758 passando de R$52.806 para o montante de R$41.049. O capital está subscrito e integralizado e representado por 41.048.865 quotas nominativas sem valor nominal, perfazendo o total de R$41.049. Em 31 de dezembro de 2021, a controladora optou pelo aumento de capital social na Empresa, no montante de R$13.855, perfazendo o total do Capital social de R$54.904. **b. Reserva de lucros:** A reserva de retenção de lucros foi constituída e tem como objetivo a aplicação em futuros investimentos. **c. Distribuição de lucros:** A Administração deliberou pela não distribuição de dividendos mínimos obrigatórios previstos em contrato social referente ao exercicio de 2021. Foi deliberado em 31 de dezembro de 2021 distribuição de dividendos em R$37.418 referente aos lucros do exercício findo em 2020. **d. Reserva de ágio:** A reserva de ágio no valor de R$4.491 foi constituída pelo reconhecimento do benefício fiscal anteriormente pertencente a Revita Engenharia S.A. e incorporado pela CRVR em 30 de setembro de 2013. **24. Receita operacional, líquida:** É composta como segue:

	2021	**2020**
Clientes públicos	153.828	136.310
Clientes privados	42.809	46.950
Biogás	1.402	-
Créditos de carbono	3.456	-
Total receita de serviços (a)	**201.495**	**183.260**
Deduções sobre as vendas:		
ISS	(8.549)	(5.121)
PIS	(3.245)	(2.982)
COFINS	(14.944)	(13.828)
ICMS	(168)	-
Total de deduções sobre vendas	**(26.906)**	**(21.931)**
Receita operacional líquida	**174.588**	**161.329**

(a)As receitas de prestação de serviços são provenientes basicamente de uma obrigação de desempenho, conforme descrito na nota explicativa nº 6.a: Destinação de resíduos - 100%; **25. Custos dos serviços prestados**

	2021	**2020**
Salários e encargos	(18.844)	(14.350)
Aluguel de equipamentos	(19.874)	(20.185)
Depreciações	(12.044)	(12.759)
Materiais aplicados nos serviços	(16.789)	(14.650)
Serviços de terceiros (a)	(45.540)	(32.981)
Créditos fiscais (b)	8.128	7.008
Provisões de fechamento e pós fechamento	(9.010)	(5.971)
Outros custos de produção	(3.527)	(3.456)
	(117.500)	**(97.384)**

(a) Refere-se substancialmente a serviços tomados com transporte de resíduos, tratamento de efluentes e manutenção de instalações operacionais. (b) As principais naturezas relativas aos créditos fiscais são de PIS e COFINS. **26. Despesas comerciais:** São compostos como segue:

	2021	**2020**
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(358)	196
Recuperação de créditos de títulos inadimplentes	-	366
Baixa efetiva de títulos inadimplentes	(20)	(383)
Patrocínios, brindes e doações	(105)	(126)
Propaganda e publicidade	(100)	(59)
Outros	(22)	(14)
	(605)	**(20)**

27. Despesas administrativas: São compostos como segue:

	2021	**2020**
Remuneração direta mão de obra	-	120
Tributos, seguros e contribuições	(19)	(21)
Serviços de terceiros (a)	(7.277)	(6.646)
Outros	(13)	(30)
	(7.308)	**(6.577)**

(a) Refere-se substancialmente a prestação de serviços administrativos entre partes relacionadas. **28. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas:** São compostos como segue:

	2021	**2020**
Receita de aluguel	205	256
Despesas e provisões contingenciais	(277)	(510)
Patrocínio e doações (a)	(268)	(368)
Resultado venda de imobilizado	(12)	9
PIS/COFINS sobre outras receitas	-	(137)
Outras (despesas) e receitas	(2.855)	(641)
Total	**(3.208)**	**(1.391)**

(a) A Empresa com base no seu compromisso com a sociedade patrocina anualmente projetos e iniciativas que levam desenvolvimento, cultura, arte, educação e lazer para as comunidades e cidades onde atua. As leis de Incentivo Fiscal garantem o apoio a causas como direitos da criança e do adolescente, diretos da pessoa idosa, cuidados de pessoas com deficiência ou em tratamento oncológico, incentivo à cultura e ao esporte. Além do Incentivo Fiscal, redução e destinação do IRPJ pago, são projetos que contribuem para os objetivos de desenvolvimento e responsabilidade socioambiental e reafirmam os valores da Empresa. **29. Receitas e despesas financeiras, líquidas:** São compostos como segue:

	2021	**2020**
Receitas juros sobre contratos de mútuo	1.615	1.684
Rendimentos sobre aplicações financeiras	300	553
Juros recebidos e descontos obtidos	335	95
Total receitas financeiras	**2.250**	**2.332**
Despesas bancárias	(298)	(141)
Variação monetária	(13)	-
Despesas com juros e descontos concedidos	(147)	(813)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	(45)	(48)
Despesas com multas e moras financeiras	(126)	(80)
Tributos sobre movimentações financeiras	(188)	(158)
Juros sobre financiamento	(4.434)	(2.239)
Total despesas financeiras	**(5.250)**	**(3.479)**
Total	**(3.001)**	**(1.147)**

30. Cobertura de seguros: Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura dos seguros contratados pela Empresa estava composta de danos materiais: R$26.146 e responsabilidade civil: R$10.000.

Leomyr de Castro Girondi - **Diretor Executivo**

Carlos Alberto Vieira - **Contador - CRC 1SP206556/O-0-S-RS**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Quotistas, Conselheiros e Diretores da
CRVR - Riograndense Valorização de Resíduo S.A.
Minas do Leão - RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da CRVR - Riograndense Valorização de Resíduo S.A. (Empresa), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** *Auditoria dos valores correspondentes:* As demonstrações financeiras da Empresa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 06 de maio de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de junho de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Wallace Weberling Pereira
Contador
CRC-1SP230870/O-9

Biotérmica Energia S.A.

CNPJ nº 09.618.374/0001-40

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações Financeiras da Biotérmica Energia S.A. referentes a 31 de Dezembro de 2021, acompanhadas das Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes. As Demonstrações Financeiras em sua íntegra encontram-se à disposição no site da Companhia. A Biotérmica Energia gera 6,3 MWh e tem potencial para atingir 12 MWm de energia limpa a partir do resíduo doméstico depositado no aterro sanitário de Minas do Leão, operado pela CRVR – Riograndense Valorização de Resíduo S.A.. **Desempenho Operacional:** A análise estrutural e conjuntural da operação física e comercial do Setor Elétrico estima para 2022 uma retomada da atividade econômica. Também no cenário econômico as projeções de redução nas taxas de juros trarão alívio aos custos financeiros dos financiamentos em andamento. Com as ações iniciadas e as perspectivas de mercado, a Companhia tem desde de 2017 um desempenho financeiro com rentabilidade esperada do projeto, assim como geração de caixa operacional. Como plano estratégico de crescimento orgânico até 2023, a Companhia tem processos em andamento de ampliação para + 40% da Biotérmica Minas do Leão e finalização das três obras em andamento de São Leopoldo, Santa Maria, Giruá e Victor Graef até julho de 2022. Juntas, serão mais 4 MWm de geração de energia limpa, contemplando todos os aterros sanitários do estado do Rio Grande do Sul pertencentes à empresa CRVR. **I) Gestão de Pessoas**: A Biotérmica Energia S.A. busca continuamente a capacitação de seus colaboradores, desenvolvendo programas que visam o aprimoramento específico no desempenho das suas atividades. O programa de estágio vem sendo renovado e continua promovendo oportunidades para estudantes no nível de graduação a ingressarem no mercado de trabalho e adquirirem experiência. Alem disso, a Biotérmica está vinculada ao grupo Solví que possui uma academia de excelência voltada a capacitação técnica, gerencial e de liderança. **II) Segurança, e Meio Ambiente:** Com base nos preceitos da gestão integrada, a Biotérmica Energia S/A adota práticas e procedimentos para proporcionar aos seus colaboradores um ambiente seguro, investindo em ações e equipamentos que minimizem riscos à saúde e à segurança do trabalho. Comprometida com a preservação do meio ambiente, a Biotérmica Energia S.A. cumpre com rigor a legislação aplicável a sua atividade, atuando com práticas preventivas para mitigar seus aspectos e impactos ambientais. **III) Qualidade, Auditoria Interna e Gestão da Informação:** Com a missão de assegurar o cumprimento do desdobramento dos objetivos estratégicos da Biotérmica Energia S.A. mediante o processo de auditoria, gestão de metas, documentos e planos de ação a Biotérmica Energia S/A mantém esses processos em apoio a Alta Direção via Governança Corporativa. De forma consistente é realizado definição de processos, padrões e procedimentos críticos para sustentação do negócio sendo certificada nas ISOs 9001, 14001, 45001 e 37001. Promove a cultura de excelência e de consistência operacional, através da atuação no desenho, aplicação e governança dos programas de excelência que estimulam o cumprimento do padrões, processos e procedimentos críticos do negócio por meio de auditoria interna e externa. **Responsabilidade Social:** Em 2021 a Biotérmica Energia S.A. teve suas atividades presenciais canceladas devido aos problemas oscasionado pelo COVID 19, mesmo assim, a empresa teve participação em congressos online com universidades locais. Em 2022, já foram retomados os projetos portas abertas, que além das visitas guiadas, também realiza conversas com a comunidade para apresentar seus principais projetos, avaliar os impactos e promover a edução ambiental nas comunidades vizinhas ao empreendimento. Por fim disponibiliza, ainda, canais de comunicação para seus *stakeholders*, para reclamações e sugestões, que contribuem com oportunidades de melhorias em seus processos e serviços. ***IV) Compliance***: Ética e Integridade são compromissos inegociáveis na Biotérmica Energia S/A , para os quais não há tolerância para desvios. Em 2021 foram realizadas de forma on-line as Semanas de Integridade, com atividades e treinamentos voltados para todos os públicos, para disseminação da cultura ética e promoção de bases sustentáveis nos negócios. Em 2022, as atividades foram retomadas presencialmente. **Agradecimentos:** A Administração da Biotérmica Energia S/A agradece a seus acionistas, clientes, parceiros comerciais, fornecedores e instituições financeiras pela confiança depositada. De forma especial expressa seu reconhecimento e agradecimento a seus colaboradores pelo comprometimento e contribuição na busca constante da qualidade de nossos serviços. **A Administração**

Balanço patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ATIVO	Notas Explicativas	2021	2020
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	10	131	633
Contas a receber de clientes	12	2.087	2.029
Estoques		115	11
Impostos a recuperar		75	50
Outras contas a receber		13	341
Total do ativo circulante		**2.421**	**3.064**
Não Circulante			
Realizável a longo prazo:			
Títulos e Valores Mobiliários	11	631	605
Ativo fiscal diferido		69	84
Outras contas a receber		29	34
		729	**723**
Imobilizado	13	26.787	20.661
Intangível		2	3
		26.789	**20.664**
Total do ativo não circulante		**27.518**	**21.387**
Total do Ativo		**29.939**	**24.451**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas Explicativas	2021	2020
Circulante			
Fornecedores	14	3.876	2.280
Empréstimos e financiamentos	15	1.967	1.830
Salários, benefícios e encargos sociais		67	105
Impostos, taxas e contribuições		301	306
Imposto de renda e contribuição social		-	77
Dividendos a pagar	17	871	1.259
Adiantamentos de clientes		5	4
Outras contas a pagar		-	319
Total do passivo circulante		**7.087**	**6.180**
Não Circulante			
Mútuos a pagar a partes relacionadas	16	5.232	167
Empréstimos e financiamentos	15	14.186	15.716
Provisões Contingenciais	25	172	209
Total do passivo não circulante		**19.590**	**16.092**
Patrimônio Líquido	18		
Capital social		10	10
Reservas de lucros		3.252	2.169
Total do patrimônio líquido		**3.262**	**2.179**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**29.939**	**24.451**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Mutação do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros / Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	**10**	**2**	**845**	**-**	**857**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	2.202	2.202
Reserva de lucros	-	-	1.322	(1.322)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(880)	(880)
Saldos em 31 de Dezembro de 2020	**10**	**2**	**2.167**	**-**	**2.179**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	1.805	1.805
Reserva de lucros	-	-	1.083	(1.083)	-
Dividendos distribuídos	-	-	-	(722)	(722)
Saldos em 31 de Dezembro de 2021	**10**	**2**	**3.250**	**-**	**3.262**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Notas Explicativas	2021	2020
Receita Operacional Líquida	19	**17.724**	**16.199**
Custo dos serviços prestados	20	(13.418)	(11.742)
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**4.306**	**4.457**
Receitas e Despesas Operacionais			
Despesas comerciais		(24)	(12)
Despesas administrativas	21	(232)	(211)
Outras receitas/(despesas) operacionais, líquidas	22	24	(281)
Receitas e Despesas Operacionais Líquidas		**(232)**	**(504)**
Lucro antes das Receitas e Despesas Financeiras		**4.074**	**3.953**
Receitas e Despesas Financeiras			
Receitas financeiras	23	44	279
Despesas financeiras	23	(1.415)	(1.248)
		(1.371)	**(969)**
Resultado Financeiro Líquido			
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**2.703**	**2.984**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Corrente	24	(883)	(771)
Diferido	24	(15)	(11)
Lucro Líquido do Exercício		**1.805**	**2.202**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.805	2.202
Total Resultado abrangente da empresa	**1.805**	**2.202**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.805	2.202
Itens que não afetam o caixa:		
Depreciação e amortização	2.022	2.116
Baixa de imobilizado e intangível	-	414
Encargos financeiros sobre financiamentos, empréstimos e mútuo captados	1.151	974
Reversão/(provisão) para contingências	(37)	15
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	898	782
Aumento / Redução nos ativos operacionais:		
Aplicação financeira	(26)	(2)
Contas a receber	(137)	(225)
Partes relacionadas	79	481
Impostos a recuperar	(25)	52
Estoques	(104)	52
Outras contas a receber	333	(330)
Aumento / Redução nos passivos operacionais:		
Fornecedores	1.192	726
Partes relacionadas	404	232
Salários, benefícios e encargos sociais	(38)	(53)
Impostos, taxas e contribuições	(5)	(156)
Adiantamento de clientes	1	(3.038)
Outras contas a pagar	(319)	311
Caixa gerado pelas atividades operacionais	**7.194**	**4.553**
Impostos pagos sobre o lucro	(960)	(709)
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	(582)	(638)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**5.652**	**3.206**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de imobilizado	(8.147)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	**(8.147)**	**-**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Mútuos passivos – captação	5.683	-
Mútuos passivos - pagamento principal	(716)	(25)
Empréstimos e financiamentos - Pagamento principal	(1.864)	(1.829)
Dividendos pagos	(1.110)	(1.116)
Caixa líquido gerado pelas / (aplicado nas) atividades de financiamento	**1.993**	**(2.970)**
Redução / Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(502)**	**236**
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	633	397
Caixas e equivalentes de caixa no fim do exercício	131	633
Variação líquida do saldo de caixa e equivalentes de caixa	**(502)**	**236**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Biotérmica Energia S.A. ("Companhia"), com sede no endereço Largo Visconde de Cairú, 13º andar, Porto Alegre - RS foi constituída para exercer as atividades de geração e comercialização de energia elétrica. O início de atividade operacional ocorreu no segundo semestre de 2015 na unidade de produção de energia termelétrica no município de Minas do Leão - RS, gerando eletricidade a partir do biogás do resíduo sólido urbano (RSU) depositado no aterro sanitário administrado pela CRVR – Riograndense Valorização de Resíduo S.A., regulamentada através da Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luís Roessler – FEPAM outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e comercializada na CCEE – Câmara de Comércio de Energia Elétrica (Outorga da ANELL e Licença de Operação Fepam). A ANEEL concedeu autorização para o início de operação comercial por meio do processo nº 2.055/2015 e autorizada de acordo com a Resolução Autorizativa ANEEL nº 2.897 de 17 de maio de 2011, com validade de 30 anos, a partir dessa data. Atualmente, do total de energia gerada que é de aproximadamente 7,2 MWh (Megawatt-hora), onde cerca de 85% é vendido por meio de contratos bilaterais e cerca de 15% é vendida no mercado livre de energia. Não havendo contrato bilaterais a Companhia pode comercializar 100% da energia gerada no mercado livre. **Efeitos do COVID-19:** Na data de emissão destas Demonstrações Financeiras, a Companhia avaliou os possíveis impactos do COVID-19 em seus negócios, e concluiu que nesse momento, não existem riscos substanciais que possam afetar o curso normal de suas operações. **2. Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho financeiro e operacional e os fluxos de caixa. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 31 de maio de 2022. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Estimativas contábeis:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a. Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. **b. Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2021 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **Nota explicativa nº 14** – Imobilizado: Estimativa da vida útil dos bens para mensurar a depreciação. **c. Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao longo do exercício não ocorreram transferências na hierarquia do valor justo na Companhia. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado que são mensurados pelo valor justo. **6. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujos detalhes estão disponíveis nas páginas subsequentes: (a) Receita de contrato com cliente; (b) Receitas financeiras e despesas financeiras; (c) Benefícios a empregados; (d) Imposto de renda e contribuição social; (e) Estoques; (f) Ativo imobilizado; (g) Ativo intangível; (h) Instrumentos financeiros; (i) Redução ao valor recuperável (*Impairment*); (j) Provisões; (k) Contratos de concessão; **a. Receita de contrato com clientes:** A receita deve ser reconhecida quando for provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e esses benefícios possam ser confiavelmente mensurados. O momento da transferência dos riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de prestação de serviços. Abaixo são demonstradas as informações sobre a natureza e a época do cumprimento de obrigações de desempenho em contratos com clientes e as políticas de reconhecimento de receita relacionadas. ***Receita de serviços prestados - Valorização energética:*** As receitas com a venda de energia elétrica renovável são produzidas dentro do conceito de geração de energia limpa e sustentável, utilizando como combustível o biogás de aterros sanitários. A Companhia registra os valores contratuais no sistema de contabilização da CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e a compradora deverá validar o registro para que ocorra a transferência pela vendedora à compradora de todos os direitos sobre a energia no ponto de entrega de acordo com as regras e procedimento de comercialização entre as partes. **b. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras compreendem receitas de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras compreendem despesas de juros sobre financiamentos, despesas bancárias, descontos concedidos e custos de financiamentos que não são diretamente atribuíveis à aquisição. A receita de juros e a despesa de juros são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. **c. Benefícios a empregados; • Benefícios de curto prazo a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal, conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **• Plano de contribuição definida:** As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas com pessoal quando os serviços relacionados são prestados pelos empregados. As contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na extensão em que um reembolso de caixa ou uma redução em pagamentos futuros seja possível. **• Participação nos lucros:** A Companhia Solví reconhece uma provisão e uma despesa de participação nos resultados de empregados e administradores com base no cumprimento de metas operacionais de desempenho e de qualidade dos serviços prestados, conforme previsto nos acordos coletivos de trabalho firmados com sindicatos, bem como pela política interna de remuneração. **d. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. • ***Imposto corrente:*** O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. O imposto corrente ativo e passivo é compensado somente se alguns critérios forem atendidos. • ***Imposto diferido:*** O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera, ao final do exercício de elaboração das demonstrações financeiras, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. **e. Imobilizado:** ***Reconhecimentos e mensuração:*** Os bens do imobilizado são reconhecidos pelo custo histórico de aquisição ou custo de construção, deduzido de depreciação acumulada e a provisão de perda pelo valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. ***Custos subsequentes:*** Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. ***Depreciação:*** A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear e para os geradores de energia, é utilizado o método de capacidade utilizada, por meio da quantidade de horas de operação dos geradores de energia. A depreciação não excede ao período de autorização comercial concedido pela ANEEL. As vidas úteis estimadas estão apresentadas na nota explicativa n° 13. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado. Vários métodos de depreciação podem ser utilizados para apropriar de forma sistemática o valor depreciável, dos quais a Companhia utiliza o método de horas trabalhadas para a Usina Termelétrica e o método de linha reta (linear) para os demais ativos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. ***Custos de empréstimos:*** Custos de empréstimos são capitalizados quando são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, ao qual juros e outros encargos são contabilizados como custo do ativo em consonância com o CPC 20 (R1) – Custos de empréstimos. A entidade deve cessar a capitalização quando substancialmente todas as atividades necessárias ao preparo do ativo estiverem concluídas. **f. Provisão:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis:** Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante. **g. Instrumentos financeiros:** ***i. Reconhecimento e mensuração inicial:*** O grupo de contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja das contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensuradas inicialmente ao preço da operação. ***ii. Classificação e mensuração subsequente: Instrumentos Financeiros:*** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar, irrevogavelmente, por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou como VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. ***Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:*** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). ***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:*** O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado, as cambiais e impairment são reconhecidos no resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Desreconhecimento: ***Ativos financeiros:*** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. ***Passivos financeiros:*** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. ***Compensação:*** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. ***Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:*** A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 em suas demonstrações financeiras. ***Capital social: Ações ordinárias:*** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **Redução ao valor recuperável (Impairment):** ***a. Ativos financeiros não-derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais:*** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; • Investimentos de dívida mensurados ao VJORA; e A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses: • Títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e • Outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de cré-

continua...

...continuação

Biotérmica Energia S.A. - CNPJ nº 09.618.374/0001-40

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

dito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial. As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso para os títulos de clientes privados. A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando: • É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou • O ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito. ***Mensuração das perdas de crédito esperadas:*** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Biotérmica espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. ***Ativos financeiros com problemas de recuperação:*** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. ***Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial:*** A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em ORA. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. ***b. Ativos não financeiros:*** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. **7. Novas normas e interpretações:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 - Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (CPC 50 - Contratos de Seguro, que substituiu o CPC 11/IFRS 4 - Contratos de Seguro) A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Essa norma não se aplica à Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduz a definição de "estimativa contábeis". As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS *Practice Statement 2 Making Materiality Judgements*, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao *Practice Statement 2* fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **8. Instrumentos financeiros: a. Gerenciamento dos riscos financeiros:** Os principais riscos da administração são monitorados nas diversas instâncias da Governança da Companhia. A Companhia não utilizou instrumentos financeiros derivativos. ***Estrutura de gerenciamento de riscos:*** O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os colaboradores tenham consciência de suas atribuições e obrigações. ***(i) Risco de Mercado: Risco de câmbio:*** A Companhia possui um contrato de O&M (Operação e Manutenção) junto ao fornecedor AB Energy do Brasil, tal contrato é reajustado trimestralmente de acordo com o procedimento abaixo: • Reajustes trimestrais, sendo parte do cálculo estabelecida com o critério abaixo: • Caso a taxa de câmbio sofra um aumento de até 10%, a AB Energy do Brasil garantirá à CONTRATANTE o câmbio de R$3,00/EUR1,00; • Caso a taxa de câmbio sofra um aumento de 10,01% a 19%, a AB Energy do Brasil reajustará o valor das peças em 50% do aumento (se 19% => 9,5%); • Caso a taxa de câmbio sofra um aumento superior a 19,01%, a AB Energy do Brasil reajustará o valor das peças no porcentual resultante da variação ocorrida, deduzidos 9,5%. ***Risco de taxa de juros:*** O risco de taxa de juros da Companhia decorre, substancialmente, de financiamentos. As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a certificados de depósitos bancários, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média do DI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor. As captações de financiamento são efetivadas majoritariamente com taxas de juros baseadas em cestas de índices pós fixados e spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e registradas pelo valor de liquidação na data do encerramento do balanço. A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a administração adotou para o cenário provável as mesmas taxas utilizadas na data de encerramento do balanço patrimonial. Os cenários II e III foram estimados com uma valorização adicional de 25% e 50% respectivamente, já os cenários IV e V estimam uma desvalorização adicional de 25% e 50%, respectivamente, das taxas no cenário provável.

Exposição patrimonial	Exposição em R$	Taxa de juros média - Efetiva em 31/12/2021	Cenários I- Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	131	CDI	-	3	6	(3)	(6)
Empréstimos e financiamentos	16.153	3,53%	-	143	285	(143)	(285)
Títulos e Valores Mobiliários	631	CDI	-	15	29	(15)	(29)
Efeito no resultado				**161**	**320**	**(161)**	**(320)**

Exposição patrimonial	Exposição em R$	Taxa de juros média - Efetiva em 31/12/2020	Cenários I- Provável	II - 25%	III - 50%	IV - (25%)	V - (50%)
Caixa e equivalentes de caixa	633	CDI	-	15	29	(15)	(29)
Empréstimos e financiamentos	17.546	3,52%	-	154	309	(154)	(309)
Títulos e Valores Mobiliários	605	CDI	-	14	28	(14)	(28)
Efeito no resultado				**183**	**366**	**(183)**	**(366)**

Este risco surge da possibilidade que a Companhia pode sofrer perdas devido a flutuações nos índices (CDI), aumentando as despesas financeiras relacionadas a financiamentos. A Companhia monitora taxas de juros de mercado continuamente para avaliar a possível necessidade de substituir sua dívida. ***Risco de preços:*** Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos de concessão, reajustados anualmente com base na variação do IGP-M e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em considerando as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às características próprias da concessão. O contrato de concessão deve permitir que serviços e tarifas sejam periodicamente revisados, de modo a manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e não prejudicar a qualquer uma das partes envolvidas. ***(ii) Risco de crédito:*** Risco de realização de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros da Companhia. O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Para mitigar o risco de possibilidade de a Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a Companhia adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

	Nota explicativa	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	10	131	633
Títulos e valores mobiliários	11	631	605
Contas a receber de clientes	12	2.087	2.029
Outras contas a receber		42	375
		2.891	**3.642**

(iii) Risco de liquidez: A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, financiamentos de instituições financeiras brasileiras e financiamento doméstico. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a Companhia dispunha de caixa suficiente para atender suas despesas de capital e operacionais. A tabela a seguir analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2021	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	2.422	2.355	6.672	7.032	18.481	16.153
Fornecedores	3.876	-	-	-	3.876	3.876
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	5.232	-	-	5.232	5.232
Dividendos a pagar	871	-	-	-	871	871
	7.169	**7.587**	**6.672**	**7.032**	**28.460**	**26.132**

Em 31 de dezembro de 2020	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	2.314	2.369	6.721	9.192	20.596	17.546
Fornecedores	2.280	-	-	-	2.280	2.280
Outras contas a pagar	319	-	-	-	319	319
Mútuos a pagar à partes relacionadas	-	167	-	-	167	167
Dividendos a pagar	1.259	-	-	-	1.259	1.259
	6.172	**2.536**	**6.721**	**9.192**	**24.621**	**21.571**

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso.

b. Estimativa de valor justo: Conforme o CPC 40 (R1), "Instrumentos Financeiros: Evidenciação", o valor justo é definido como o preço de troca que seria recebido por um ativo ou pago por transferir um passivo (preço de transferência) no principal ou o mais vantajoso mercado para o ativo ou passivo numa transação normal entre participantes independentes do mercado na data de mensuração. A Administração entende que os valores justos são, substancialmente, similares aos valores contábeis registrados. **c. Gerenciamento de capital:** Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para diminuir os custos. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovado pelos acionistas controladores, pode rever sua política de distribuição de dividendos, emitir novas ações ou reduzir capital. A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis mais adequados de financiamentos e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável. **d. Valor justo dos instrumentos financeiros:** Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 estão demonstrados a seguir:

	Hierarquia do valor justo	Categoria	2021 Valor Contábil	2021 Valor justo	2020 Valor Contábil	2020 Valor justo
Ativos financeiros:						
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	Custo amortizado	131	131	633	633
Aplicação financeira	Nível 1	Custo amortizado	631	631	605	605
Contas a receber de clientes	Nível 2	Custo amortizado	2.087	2.087	2.029	2.029
Outras contas a receber	Nível 2	Custo amortizado	42	42	375	375
Total			**2.891**	**2.891**	**3.642**	**3.642**
Passivos financeiros:						
Dividendos e juros sobre o capital próprio	Nível 2	Custo amortizado	871	871	1.259	1.259
Fornecedores	Nível 2	Custo amortizado	3.876	3.876	2.280	2.280
Mútuo a pagar a partes relacionadas	Nível 2	Custo amortizado	5.232	5.232	167	167
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	Custo amortizado	16.153	16.153	17.546	17.546
Outras contas a pagar	Nível 2	Custo amortizado	-	-	319	319
Total			**26.132**	**26.132**	**21.571**	**21.571**

Mensuração do valor justo: Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A Companhia estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos, que inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **Nível 2** – *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **Nível 3** – *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável. A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a Companhia analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos dos CPC / IFRS, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Os valores justos têm sido determinados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas explicativas específicas àquele ativo ou passivo. O valor justo dos instrumentos financeiros foi determinado conforme descrito a seguir: • Os saldos em caixa e bancos têm seus valores justos idênticos aos saldos contábeis; • As aplicações financeiras em fundos de investimentos estão valorizadas pelo valor da quota do fundo na data das demonstrações financeiras, que corresponde ao seu valor justo; e • As aplicações financeiras em CDBs (Certificado de Depósito Bancário) e instrumentos similares possuem liquidez diária com recompra na "curva do papel" e, portanto, a Companhia entende que seus valores justos correspondem aos valores contábeis. • Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores a valor contábil, menos a provisão para perdas de clientes e ajuste a valor presente, estejam próximos de seus valores justos. • O saldo mantido com partes relacionadas, tanto ativo quanto passivo, são apurados de acordo com condições negociadas entre as partes. • Os financiamentos estruturados contratados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") possuem características próprias e não há no mercado oferta de crédito às entidades em geral que se equiparem às condições definidas nos referidos. A interpretação dos dados de mercado quanto à escolha de metodologias de cálculo do valor justo exige considerável julgamento e estabelecimento de estimativas para se chegar a um valor considerado adequado para cada situação. Consequentemente, as estimativas apresentadas podem não indicar, necessariamente, os montantes que poderão ser obtidos no mercado corrente. **9. Aspectos ambientais:** As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são amenizados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados. A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

10. Caixa e equivalentes de caixa: São compostos como seguem:

	2021	2020
Caixa	2	5
Bancos	128	57
Certificado de depósito bancário (CDB)	1	571
	131	**633**

As aplicações financeiras referem-se a Certificado de Depósito Bancário (CDB) de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação do CDI de 100,50% em 2021 (98,48% em 2020), não excedendo seus respectivos valores de mercado e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

11. Títulos e Valores Mobiliários: São compostos como seguem:

	2021	2020
Títulos e Valores Mobiliários	631	605
	631	**605**

A Companhia cedeu parte dos seus depósitos bancários à vista no montante de R$631 (R$605 em 2020) para garantia de financiamentos bancários junto ao BNDES (vide nota explicativa nº 15). As aplicações referem-se a Certificado de Depósito Bancário, de liquidez imediata e remuneração atrelada à variação média de 100,50% do CDI, não excedendo os seus respectivos valores de mercado, e não estão sujeitas a riscos de mudança significativa de valor.

12. Contas a receber de clientes: São compostos como seguem:

Clientes privados:		2021	2020
Valores faturados			
Medições a faturar		1.578	1.343
		1.578	**1.343**
Perdas de crédito esperada		-	-
Partes relacionadas	17	509	686
Total		**2.087**	**2.029**

Segue *aging-list* do contas a receber:

	2021	2020
Valores a vencer	2.087	1.461
Vencidos:		
Até 30 dias	-	40
Entre 91 e 180 dias	-	31
Entre 181 e 360 dias	-	132
Acima de 360 dias	-	365
	2.087	**2.029**

13. Imobilizado: O ativo imobilizado é composto como segue:

	Taxa média anual - %	2021 Custo	2021 Depreciação	2021 Líquido	2020 Líquido
Edificações e construção civil	5%	6.242	(1.964)	4.278	4.590
Geradores de energia	(*)	15.563	(7.494)	6.918	8.069
Máquinas e equipamentos	10%	5.279	(2.834)	3.596	3.822
Móveis e utensílios	10%	24	(13)	11	14
Equipamentos de informática	20%	61	(33)	28	22
Linhas de Transmissão Elétrica	5%	5.653	(1.814)	3.839	4.122
Imobilizado em andamento	-	8.117	-	8.117	22
		40.939	**(14.152)**	**26.787**	**20.661**

(*) A Usina Termelétrica e seus geradores são depreciados pelo método de horas trabalhadas, os demais são depreciados pelo método linear.

As mutações do imobilizado em 2021 e 2020 estão demonstradas conforme segue:

Custo do Imobilizado	**Saldo 2020**	**Adição**	**Baixa**	**Transferência**	**Saldo 2021**
Edificações e construção civil	6.242	-	-	-	6.242
Máquinas e equipamentos	5.242	37	-	-	5.279
Geradores de energia	15.563	-	-	-	15.563
Móveis e utensílios	24	-	-	-	24
Equipamentos de informática	46	15	-	-	61
Linhas de Transmissão Elétrica	5.653	-	-	-	5.653
Imobilizado em andamento	22	8.095	-	-	8.117
Total	**32.792**	**8.147**	**-**	**-**	**40.939**

Depreciação	**Saldo 2020**	**Adição**	**Baixa**	**Transferência**	**Saldo 2021**
Edificações e construção civil	(1.652)	(312)	-	-	(1.964)
Máquinas e equipamentos	(1.420)	(1.414)	-	-	(2.834)
Geradores de energia	(7.494)	-	-	-	(7.494)
Móveis e utensílios	(10)	(3)	-	-	(13)
Equipamentos de informática	(24)	(9)	-	-	(33)
Linhas de Transmissão Elétrica	(1.531)	(283)	-	-	(1.814)
Total	**(12.131)**	**(2.021)**	**-**	**-**	**(14.152)**
Total Líquido	**20.661**	**6.126**	**-**	**-**	**26.787**

Custo do Imobilizado	**Saldo 2019**	**Adição**	**Baixa**	**Transferência**	**Saldo 2020**
Edificações e construção civil	6.193	-	(115)	164	6.242
Geradores de energia	15.563	-	-	-	15.563
Máquinas e equipamentos	5.282	-	-	(40)	5.242
Móveis e utensílios	24	-	-	-	24
Equipamentos de informática	6	-	-	40	46
Linhas de Transmissão Elétrica	5.653	-	-	-	5.653
Imobilizado em andamento	489	-	(303)	(164)	22
Total	**33.210**	**-**	**(418)**	**-**	**32.792**

Depreciação	**Saldo 2019**	**Adição**	**Baixa**	**Transferência**	**Saldo 2020**
Edificações e construção civil	(1.341)	(315)	4	-	(1.652)
Geradores de energia	(6.252)	(1.242)	-	-	(7.494)
Máquinas e equipamentos	(1.158)	(262)	-	-	(1.420)
Móveis e utensílios	(7)	(3)	-	-	(10)
Equipamentos de informática	(15)	(9)	-	-	(24)
Linhas de Transmissão Elétrica	(1.248)	(283)	-	-	(1.531)
Total	**(10.021)**	**(2.114)**	**4**	**-**	**(12.131)**
Total Líquido	**23.189**	**(2.114)**	**(414)**	**-**	**20.661**

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de *Impairment*): Em 2021 e 2020, a Administração avaliou com base em fontes de informações externas e internas e não identificou qualquer indicação de que seus ativos estariam registrados por valor superior ao seu valor recuperável.

14. Fornecedores: São compostos como seguem:

	Nota Explicativa	2021	2020
Fornecedores		2.848	1.656
Partes relacionadas	17	1.028	624
		3.876	**2.280**

15. Financiamentos: Esta nota explicativa fornece informações sobre os termos contratuais dos financiamentos com juros, que são mensurados pelo custo amortizado. As obrigações por financiamentos são representadas como segue:

Modalidade	Encargos financeiros - %	Vencimento	2021	2020
BNDES	Pré-fixado de 3,45% a.a. a 6% a.a.	jun/2030	16.153	17.546
			16.153	**17.546**
Circulante			1.967	1.830
Não circulante			14.186	15.716

A movimentação de financiamentos está demonstrada no quadro a seguir:

Modalidade	Saldo Inicial 31/12/2020	Juros	Pgto Juros	Pagamento Principal	Variação Monetária	Saldo Final 31/12/2021
BNDES	17.546	590	(582)	(1.864)	463	16.153
	17.546	**590**	**(582)**	**(1.864)**	**463**	**16.153**

Modalidade	Saldo Inicial 31/12/2019	Juros	Pgto Juros	Pagamento Principal	Pagamento Principal	Saldo Final 31/12/2020
BNDES	19.049	964	(638)	(1.829)	-	17.546
	19.049	**964**	**(638)**	**(1.829)**	**-**	**17.546**

O financiamento classificado como não circulantes têm seus vencimentos distribuídos da seguinte forma:

Vencimento	2021	2020
2022	-	1.854
2023	1.892	1.854
2024	1.892	1.854
de 2025 a 2030	10.402	10.154
	14.186	**15.716**

Em 10 de junho de 2015, a Companhia contratou financiamento no valor total de R$19.474 junto ao BNDES. A obrigação em questão tem como prazo de pagamento 15 anos, sendo 12 meses de carência com início em 15 de junho de 2015 e término em 15 de junho de 2016, mais amortização em 168 prestações mensais e sucessivas com início em 15 de julho de 2016 e término em 15 de junho de 2030. O financiamento foi destinado à implantação e instalação da Usina Termoelétrica da Companhia, geradora de energia elétrica a partir do biogás originado pelos resíduos depositados em aterro sanitário. **Cláusulas Contratuais (*Covenants*):** Os *covenants* são condições restritivas que visam dar garantia ao credor sobre a manutenção de determinados indicadores de desempenho e de endividamento. O contrato firmado com o BNDES contém *covenants* que estabelecem requisitos financeiros no qual deverão ser cumpridos. A Companhia mantém em seus financiamentos, garantias e *covenants*, qualitativos e quantitativos, usuais do mercado. O índice estabelecido pelo BNDES a ser apurado pela Companhia é o ICSD, conforme abaixo:

Índice	Meta	Metodologia
Índices de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD	≥ **1,3**	EBITDA / Serviço da Dívida

O índice estabelecido pelo BNDES a ser apurado pela garantidora e fiadora Solví Participações S.A., estão demonstrados abaixo:

Indicadores	2015	2016	2017	A partir de 2018
Dívida Líquida / EBITDA	≤ 4,8	≤ 4,2	≤ 3,5	≤ 3,0
Dívida Total / Ativo Total	≤ 0,58	≤ 0,55	≤ 0,52	≤ 0,5

16. Partes relacionadas: A remuneração da Administração é realizada pela parte relacionada CRVR – Riograndense Valorização de Resíduo S.A.. Os saldos a receber e a pagar e as transações com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 são demonstrados a seguir:

Empresa	Saldo de contas a receber 2021	Saldo de contas a receber 2020	Saldo de contas a pagar 2021	Saldo de contas a pagar 2020	Receitas (despesas) 2021	Receitas (despesas) 2020
Prestação Serviços Administrativos e outros:						
Solví Participações S.A.	-	-	32	17	(225)	(138)
São Gabriel Saneamento S.A.	443	577	-	-	1.105	926
CRVR - Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos Ltda	66	109	952	549	298	349
Revita Engenharia Ambiental S.A.	-	-	44	44	-	-
Outros	-	-	-	14	-	-
	509	**686**	**1.028**	**624**	**1.178**	**1.137**
Contratos de Mútuo: (a)						
CRVR - Companhia Riograndense de Valorização de Resíduos Ltda	-	-	1	-	(74)	-
Biogás Riograndense Ltda.	-	-	5.231	167	-	(10)
	-	**-**	**5.232**	**167**	**(74)**	**(10)**
Circulante	509	686	1.028	624	-	-
Não circulante	-	-	5.232	167	-	-
Total	**509**	**686**	**6.260**	**791**	**1.104**	**1.127**

(a) Os contratos de mútuos estão atrelados a uma taxa de juros de 3% a.a. e de 100% a 140% do CDI, com vencimento de dezembro 2021, com a possibilidade de prorrogação.

Movimentação de mútuos passivos	2021	2020
Saldo inicial	**167**	**180**
Captação	5.683	-
Juros	74	10
Pagamento do principal	(716)	(25)
Encargos	24	2
Saldo final	**5.232**	**167**

17. Dividendos: A movimentação de dividendos segue demonstrada abaixo:

	2021
31 de dezembro de 2020	**1.259**
Destinação dividendos - exercício 2021	722
Pagamento de dividendos	(1.110)
31 de dezembro de 2021	**871**

18. Patrimônio líquido: a. Capital social: O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional e bens, é de R$10, dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com preço médio unitário de R$ 1,00 (um real) por ação. **b. Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O limite de 20% foi atingido, razão pela qual não foi constituído reserva em 2021 e 2020. **c. Dividendos:** O Estatuto Social da Companhia estabelece que do lucro líquido, uma parcela de no mínimo, 40% serão destinadas ao pagamento mínimo obrigatório.

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	**1.805**	**2.202**
Reserva legal - 5%	-	-
Base para distribuição mínima	**1.805**	**2.202**
% dividendos mínimos obrigatórios	40%	40%
Dividendos distribuídos exercício corrente	**722**	**881**

19. Receita operacional líquida: São compostos como seguem:

	2021	2020
Clientes públicos	1.405	-
Clientes privados	18.590	18.271
Total receita de serviços	**19.995**	**18.271**
Deduções sobre as vendas:		
PIS	(330)	(301)
COFINS	(1.520)	(1.389)
ICMS	(421)	(382)
Total de deduções sobre vendas	**(2.271)**	**(2.072)**
Receita operacional líquida	**17.724**	**16.199**

20. Custos dos serviços prestados: São compostos como seguem:

	2021	2020
Energia elétrica para revenda	(31)	-
Salários e encargos	(365)	(517)
Aluguel de equipamentos	(1.034)	(948)
Depreciações	(2.021)	(2.113)
Materiais aplicados nos serviços	(5.246)	(4.835)
Serviços de terceiros (a)	(4.890)	(3.522)
Créditos fiscais (b)	638	582
Outros custos de produção	(469)	(389)
	(13.418)	**(11.742)**

(a) As principais naturezas de serviços de terceiros são referentes a manutenção dos equipamentos de geração e transmissão de energia. (b) Os créditos fiscais referem-se substancialmente a créditos de PIS e COFINS sobre insumos.

continua...

...continuação **Biotérmica Energia S.A.** - CNPJ nº 09.618.374/0001-40

Notas explicativas às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Despesas administrativas: São compostos como seguem:

	2021	2020
Tributos, seguros e contribuições	-	(4)
Serviços de terceiros (a)	(232)	(198)
Outros	-	(9)
	(232)	**(211)**

(a) Serviços de terceiros referem-se basicamente a serviços administrativos prestados entre partes relacionadas conforme nota explicativa nº 17.

22. Outras receitas (despesas) operacionais líquidas: São compostas como seguem:

	2021	2020
Despesas e provisões/Reversão contingenciais	37	(15)
Patrocínio e doações (a)	-	(351)
Outras receitas (despesas) eventuais	(13)	85
Total	**24**	**(281)**

a) A Companhia com base no seu compromisso com a sociedade patrocina anualmente projetos e iniciativas que levam desenvolvimento, cultura, arte, educação e lazer para as comunidades e cidades onde atua. As leis de Incentivo Fiscal garantem o apoio a causas como direitos da criança e do adolescente, diretos da pessoa idosa, cuidados de pessoas com deficiência ou em tratamento oncológico, incentivo à cultura e ao esporte. Além do Incentivo Fiscal, redução e destinação do IRPJ pago, são projetos que contribuem para os objetivos de desenvolvimento e responsabilidade socioambiental e reafirmam os valores da Companhia.

23. Receitas (despesas) financeiras, líquidas: São compostos como seguem:

	2021	2020
Receitas juros sobre contratos de mútuo		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	44	29
Juros recebidos e descontos obtidos	-	250
Total receitas financeiras	**44**	**279**
Variação monetária	(465)	(343)
Despesas bancárias	(148)	(133)
Despesas com juros e descontos concedidos	(14)	(5)
Despesas com juros sobre contratos de mútuos	(74)	(10)
Despesas com multas e moras financeiras	(85)	(68)
Tributos sobre movimentações financeiras	(39)	(4)
Juros sobre financiamento	(590)	(685)
Total despesas financeiras	**(1.415)**	**(1.248)**
Total	**(1.371)**	**(969)**

24. Imposto de renda e contribuição social: Os efeitos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos no resultado, são apresentados como seguem:

	2021	2020
Lucro antes dos impostos	**2.703**	**2.984**
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social - %	34%	34%
	(919)	**(1.015)**
Efeito dos impostos sobre:		
Prescrição	(3)	-
Outras diferenças permanentes	24	233

...continuação	2021	2020
Total de IRPJ e CSLL efetivos	**(898)**	**(782)**
Impostos correntes	(883)	(771)
Impostos diferidos	(15)	(11)
	(898)	**(782)**
Taxa efetiva	**33,22%**	**26,21%**

25. Provisões contingenciais: A administração e seus assessores legais acreditam que os valores registrados como provisão para contingências R$172 em 2021 (R$ 209 em 2020) são suficientes para cobrir eventuais perdas nos casos de decisão final desfavorável.

Contingências trabalhistas	2021	2020
	172	209
	172	**209**

	Cível	Trabalhista	Tributário	Total
Saldo 31/12/2019	**-**	**194**	**-**	**194**
Compensação de depósitos judiciais - 2019	-	10	-	10
Adições	-	15	-	15
Total sem compensação judicial	**-**	**219**	**-**	**219**
Depósitos judiciais	-	(10)	-	(10)
Saldo 31/12/2020	**-**	**209**	**-**	**209**
Compensação de depósitos judiciais - 2019	-	10	-	10
Adições	-	19	-	19
Reversões	-	(56)	-	(56)
Total sem compensação judicial	**-**	**182**	**-**	**182**
Depósitos judiciais	-	(10)	-	(10)
Saldo 31/12/2021	**-**	**172**	**-**	**172**

A Companhia possui os seguintes passivos contingentes com valores relativos a processos classificados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível, os quais não possuem provisão registrada:

	2021	2020
Natureza		
Processo trabalhista	1.094	1.018
	1.094	**1.018**

26. Cobertura de Seguros: A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Em 31 de dezembro de 2021, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por: Danos Materiais R$19.902 (R$19.902 em 2020), Lucros cessantes R$5.920 (R$7.331 em 2020) e Responsabilidade Civil R$10.000

27. Compromissos futuros: Os principais compromissos futuros foram firmados em 28 de fevereiro de 2014, através do contrato de fornecimento de energia elétrica celebrada com a empresa Energisa Comercializadora de Energia Ltda. pelo período compreendido entre a zero hora do dia 01 de agosto de 2015 e às vinte quatro horas do dia 31 de julho de 2020. Atualmente encontra-se em vigor contratos de longo prazo com as empresas CRVR, São Gabriel Saneamento, W7 comercializadora de energia e Focus Energia, com vencimento entre dezembro/22 e dezembro/24. Além dos compromissos comerciais, a Biotérmica possui um contrato de O&M (operação e Manutenção) para operação e manutenção de toda a usina termoelétrica, prezando pela boa continuidade e segurança de suas operações. O contrato possui um custo de R$ 90,31/Mwh reajustado anualmente.

Leomyr de Castro Girondi - **Diretor Presidente** | Ignacio Resende - **Diretor Administrativo** | Rafael Hollweg Salamoni - **Diretor Técnico** | Carlos Alberto Vieira **- Contador - CRC 1SP206556/O-0-S-RS**

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da **Biotérmica Energia S.A.** Porto Alegre – RS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Biotérmica Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para o fato que a Companhia para fins do seu processo de geração de energia, depende exclusivamente do fornecimento do biogás, o qual é realizado pela parte relacionada CRVR Riograndense Valorização de Resíduo S.A. ("CRVR"), conforme descrito na nota explicativa 1 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** ***Auditoria dos valores correspondentes:*** As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 14 de abril de 2021, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 02 de junho de 2022.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6

Wallace Weberling Pereira
Contador CRC-1SP230870/O-9

ÚLTIMAS NOTÍCIAS E VERSÃO PARA FOLHEAR!